

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE  
OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

**Demonstrações Financeiras Individuais**

**Exercício 2017**

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

•	Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	4
•	Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	5
•	Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	6
•	Demonstração dos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2017.....	7
•	Anexo	
1.	Identificação da entidade.....	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	8
3.	Principais políticas contabilísticas .....	9
4.	Ativos fixos tangíveis .....	12
5.	Ativos intangíveis .....	16
6.	Custos de empréstimos obtidos.....	17
7.	Investimentos financeiros .....	17
8.	Inventários.....	17
9.	Créditos a receber.....	18
10.	Estado e outros entes públicos .....	19
11.	Fundadores, beneméritos, doadores .....	20
12.	Diferimentos.....	20
13.	Outros ativos correntes.....	21
14.	Caixa e depósitos bancários .....	21
15.	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais .....	22
16.	Provisões .....	23
17.	Fornecedores .....	23
18.	Outros passivos correntes .....	24
19.	Vendas e prestação de serviços.....	24
20.	Subsídios à exploração.....	25
21.	Custo das vendas.....	25
22.	Fornecimentos e serviços externos.....	26
23.	Gastos com o pessoal .....	26
24.	Outros rendimentos .....	27
25.	Outros gastos .....	27
26.	Resultados transitados .....	27
27.	Fundos.....	27
28.	Demonstração de resultados por valência à data do balanço .....	28
29.	Eventos subsequentes .....	29
30.	Outras informações exigidas por diplomas legais.....	29

**Demonstrações Financeiras Individuais**  
**para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

Balanço individual em 31 de dezembro de 2017

euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b><u>Ativo não corrente</u></b>			
Ativos fixos tangíveis	4 ; 6	6.240.696,45	6.325.462,24
Ativos intangíveis	5	508,59	222,10
Investimentos financeiros	7	6.727,21	4.121,26
		<b>6.247.932,25</b>	<b>6.329.805,60</b>
<b><u>Ativo corrente</u></b>			
Inventários	8	40.847,03	22.648,38
Créditos a Receber	9	144.275,30	118.198,84
Estado e outros entes públicos	10	16.586,31	18.957,53
Fundadores/benenéritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	5.904,00	6.072,00
Diferimentos	12	6.685,68	4.843,51
Outros ativos correntes	13	33.412,93	35.116,39
Caixa e depósitos bancários	14	682.668,58	534.473,90
		<b>930.379,83</b>	<b>740.310,55</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.178.312,08</b>	<b>7.070.116,15</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	27	381.337,82	381.337,82
Resultados transitados	26	4.015.917,60	4.004.698,98
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15	1.776.797,21	1.781.569,23
		<b>6.174.052,63</b>	<b>6.167.606,03</b>
Resultado líquido do período		82.186,01	11.218,62
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>6.256.238,64</b>	<b>6.178.824,65</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b><u>Passivo não corrente</u></b>			
Provisões	16	355.751,03	369.705,94
		<b>355.751,03</b>	<b>369.705,94</b>
<b><u>Passivo corrente</u></b>			
Fornecedores	17	41.909,51	35.114,42
Estado e outros entes públicos	10	76.435,86	70.357,06
Diferimentos	12	16.192,27	5.228,65
Outros passivos correntes	18	431.784,77	410.885,43
		<b>566.322,41</b>	<b>521.585,56</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>922.073,44</b>	<b>891.291,50</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>7.178.312,08</b>	<b>7.070.116,15</b>

**Demonstração individual dos Resultados por Naturezas  
do período findo em 31 de dezembro de 2017**

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	19	1.629.442,53	1.484.281,08
Subsídios, doações e legados à exploração	20	1.255.642,40	1.186.932,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	-168.264,46	-264.186,53
Fornecimentos e serviços externos	22	-776.888,54	-674.040,44
Gastos com o pessoal	23	-1.820.090,24	-1.649.311,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-32.751,94	-26.717,32
Provisões ( aumentos/reduções)	16	13.954,91	-13.786,17
Outras imparidades(perdas/reversões)	4	-20.318,75	-8.638,00
Aumentos/Reduções de justo valor	7	93,70	13,77
Outros rendimentos	24	197.939,20	162.919,32
Outros gastos	25	-20.898,54	-24.156,26
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>257.860,27</b>	<b>173.310,12</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 ; 5	-175.514,80	-162.089,65
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>82.345,47</b>	<b>11.220,47</b>
Juros e gastos similares suportados		-159,46	-1,85
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>82.186,01</b>	<b>11.218,62</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>82.186,01</b>	<b>11.218,62</b>

**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em  
31 de dezembro de 2017**

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31-dez-17	31-dez-16
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1.560.188,09	1.442.925,44
Pagamentos de subsídios		(9.932,97)	(5.769,41)
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(977.374,07)	(945.746,38)
Pagamentos ao pessoal		(1.459.705,80)	(1.346.348,13)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		(886.824,75)	(854.938,48)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		945.688,92	890.367,05
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		58.864,17	35.428,57
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		<b>(65.194,84)</b>	<b>(97.664,64)</b>
Ativos fixos tangíveis		(64.490,66)	(97.664,64)
Ativos intangíveis		(704,18)	
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		<b>138.729,56</b>	<b>762.766,32</b>
Ativos fixos tangíveis		93.113,50	84.556,68
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		45.616,06	678.209,64
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		73.534,72	665.101,68
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		<b>15.955,25</b>	<b>14.814,10</b>
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de Prejuízos			
Doações		12.286,25	11.994,10
Outras operações de Financiamento		3.669,00	2.820,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		<b>(159,46)</b>	<b>(465.948,41)</b>
Financiamentos obtidos			(462.500,00)
Juros e gastos similares		(159,46)	(3.448,41)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		15.795,79	(451.134,31)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		148.194,68	249.395,94
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	534.473,90	285.077,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	682.668,58	534.473,90

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016 E 2017 (montantes em euros)**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	<b>1</b>	381.337,82			4.004.698,98		1.140.671,56		5.526.708,36		5.526.708,36
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	15						640.897,67		640.897,67		640.897,67
	<b>2</b>						640.897,67		640.897,67		640.897,67
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							11.218,62	11.218,62		11.218,62
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>								652.116,29		
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações	5										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	381.337,82			4.004.698,98		1.781.569,23	11.218,62	6.178.824,65		6.178.824,65
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	<b>6</b>	381.337,82			4.015.917,60		1.781.569,23		6.178.824,65		6.178.824,65
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	15						-4.772,02		-4.772,02		-4.772,02
	<b>7</b>						-4.772,02		-4.772,02		-4.772,02
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>							82.186,01	82.186,01		82.186,01
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>								77.413,99		
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações	10										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	<b>11=6+7+8+10</b>	381.337,82			4.015.917,60		1.776.797,21	82.186,01	6.256.238,64		6.256.238,64

## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

### **Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

#### **1. Identificação da entidade**

1.1 Denominação da entidade: **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

Número de identificação fiscal: 500 746 141

1.2 Lugar da sede social: RUA DA ABELHEIRA, N.º 571 – APARTADO 1079, 3720-141 OLIVEIRA DE AZEMÉIS

1.3 Natureza da atividade:

Atividade Principal – Atividades Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento

Atividade Secundária – Outras Atividades Educativas N.E.

Atividade Secundária – Formação Profissional

Atividade Secundária – Arrendamento de Bens Imobiliários

#### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

##### **2.1. Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 e pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

##### **2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

##### **2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Os valores constantes das Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

### 3. Políticas contabilísticas.

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

##### a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

###### **Ativos Fixos Tangíveis ( NCRF-ESNL 7)**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF-ESNL), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

No caso de imóveis atribuídos a título gratuito em que o custo é desconhecido, os bens são mensurados na data de reconhecimento ao justo valor.

Para os bens adquiridos gratuitamente em anos anteriores, o valor registado corresponde, em alguns casos, ao valor patrimonial tributário.

Para os bens adquiridos em data anterior à entrada em vigor da norma NCRF-ESNL, manteve-se as taxas de depreciação utilizadas à data. Para os bens adquiridos em data posterior à entrada em vigor da norma NCRF-ESNL, aplicou-se as taxas de depreciação de acordo com a sua vida útil, ou seja, as depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que correm.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os objetos de arte e antiguidade não são sujeitos a depreciação.

###### **Ativos Intangíveis (NCRF-ESNL 8)**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

No caso de ativos intangíveis adquiridos a título gratuito, o reconhecimento é efetuado pelo seu valor de mercado.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, através do método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

### **Custos de Empréstimos Obtidos (NCRF-ESNL 10)**

Até ao ponto em que sejam pedidos fundos emprestados especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica, a quantia de custos de empréstimos obtidos é elegível para capitalização no custo desse ativo, com base no custo real (juro pago menos qualquer rendimento temporário desse empréstimo). Na situação em que os empréstimos sejam obtidos de forma geral, é utilizada uma taxa média ponderada.

Essa capitalização é efetuada a partir do momento em que os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos e, bem assim, os custos com os empréstimos obtidos, cessando quando o ativo esteja finalizado para o uso pretendido ou venda.

Os custos dos empréstimos obtidos não afetos especificamente a um ativo são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

### **Inventários (NCRF-ESNL 11)**

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Também, no caso de inventários adquiridos a título gratuito é utilizado o valor realizável líquido/valor de mercado atribuído pelo respetivo fornecedor.

O custo de aquisição inclui as despesas decorridas até ao armazenamento utilizando-se o custo médio ponderado como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

No período de relato, quando existam inventários em que o valor realizável líquido é inferior ao seu custo, são reconhecidas perdas por imparidade de inventários no exercício.

### **Rédito ( NCRF-ESNL 12)**

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

### **Provisões (NCRF-ESNL 13)**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **Subsídios e outros apoios (NCRF-ESNL 14)**

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e doações à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios e doações ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos fundos patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

#### **Imposto sobre o Rendimento (NCRF-ESNL 16)**

A instituição não é sujeito passivo de IRC, nos termos do art. 10º nº 1 b).

#### **Instrumentos Financeiros (NCRF-ESNL 17)**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Cientes e outras dívidas de terceiros - As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de outros terceiros ao custo.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.
- Periodizações - As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».
- Caixa e Depósitos Bancários - Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.
- Outros investimentos financeiros – O montante incluído na rubrica outros investimentos financeiros, refere-se a:
  - Fundos de compensação do trabalho mensurados ao justo valor de acordo com o normativo do SNC – ESNL em vigor.

### **Acontecimentos após a data do balanço (NCRF-ESNL 19)**

A entidade obedece às orientações constantes do normativo, ajustando as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras para refletir os acontecimentos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos, ou não ajustando, mas divulgando, os acontecimentos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos.

#### **b) Outras políticas contabilísticas**

- **Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada através do método indireto. A entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos Fluxos de Caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento de acordo com o preconizado na norma NCRF-ESNL.

#### **c) Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

#### **d) Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas. Não existem no entanto atualmente situações que afetam ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

### **As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis são apresentadas em euros.**

## **4. Ativos fixos tangíveis**

### **4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:**

#### **a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao justo valor no caso de bens recebidos gratuitamente a partir de 2012, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

- Foram registados na contabilidade no exercício de 2014, na conta 4337 – Outros ativos fixos tangíveis pelo valor de €62.116,82, mobiliário antigo e peças de arte atribuídas judicialmente e valorizadas prudentemente de acordo com o valor estipulado pelo Tribunal, cuja livre alienação está restringida. São ativos com restrições permanentes, com limitação quanto ao seu destino e sua venda futura.

#### **b) Métodos de depreciação usados:**

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) **Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:**

As vidas úteis foram determinadas em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50 anos	2%, 16,66%
Equipamento Básico	6 anos	16,66%
Equipamento de transporte	Entre 5 e 10 anos	10%, 20%
Equipamento Administrativo	Entre 5 e 6 anos	16,66%, 20%
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 4 a 6 anos	16,66%, 25%

d) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alineações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Imparidades	Saldo em 31-Dez-17
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.115.733,57				(5.750,00)	1.109.983,57
Edifícios e outras construções	9.299.878,78	49.279,47			(14.568,75)	9.334.589,50
Equipamento básico	437.719,88	21.692,31	(109,74)	(1.079,33)		458.223,12
Equipamento de transporte	194.674,11	27.500,00				222.174,11
Equipamento administrativo	206.174,18	10.792,34	(205,64)			216.760,88
Outros ativos fixos tangíveis	283.815,69	1.385,95		1.079,33		286.280,97
Investimentos em curso	-					-
	<b>11.537.996,21</b>	<b>110.650,07</b>	<b>(315,38)</b>	<b>-</b>	<b>(20.318,75)</b>	<b>11.628.012,15</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	4.245.374,34	147.610,78	-	-	-	4.392.985,12
Equipamento básico	404.023,10	13.486,06	(109,74)	(624,62)	-	416.774,80
Equipamento de transporte	184.664,13	5.021,66	-	-	-	189.685,79
Equipamento administrativo	173.482,51	5.272,39	(205,64)	-	-	178.549,26
Outros ativos fixos tangíveis	204.989,89	3.706,22	-	624,62	-	209.320,73
	<b>5.212.533,97</b>	<b>175.097,11</b>	<b>(315,38)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.387.315,70</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>6.325.462,24</b>					<b>6.240.696,45</b>

## 31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Imparidades	Saldo em 31-Dez-16
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.124.371,57	-	-	-	(8.638,00)	1.115.733,57
Edifícios e outras construções	9.236.551,98	63.326,80	-	-	-	9.299.878,78
Equipamento básico	434.352,85	9.260,67	(5.269,02)	(624,62)	-	437.719,88
Equipamento de transporte	194.674,11	-	-	-	-	194.674,11
Equipamento administrativo	201.736,42	9.352,95	(4.915,19)	-	-	206.174,18
Outros ativos fixos tangíveis	271.710,27	12.989,68	(1.508,88)	624,62	-	283.815,69
Investimentos em curso						-
	<b>11.463.397,20</b>	<b>94.930,10</b>	<b>(11.693,09)</b>	<b>-</b>	<b>(8.638,00)</b>	<b>11.537.996,21</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	4.106.648,59	138.725,75	-	-	-	4.245.374,34
Equipamento básico	398.798,39	10.493,73	(5.269,02)	-	-	404.023,10
Equipamento de transporte	180.739,14	3.924,99	-	-	-	184.664,13
Equipamento administrativo	173.104,10	5.293,60	(4.915,19)	-	-	173.482,51
Outros ativos fixos tangíveis	203.291,04	3.207,73	(1.508,88)	-	-	204.989,89
	<b>5.062.581,26</b>	<b>161.645,80</b>	<b>(11.693,09)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.212.533,97</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>6.400.815,94</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.325.462,24</b>

Do aumento do investimento de 2017, **1.314,08** euros correspondem a doações de equipamentos recebidas do fornecedor Paul Hartmann e **7.400,00** euros a doações de obras de arte pela Sra. Maria Helena Azevedo Dias.

Relativamente aos imóveis sítos na Lage recebidos por herança, no valor de €6.484,37 está em resolução o devido registo na conservatória do registo predial. Por outro lado, verificou-se que, quanto às casas do Porto, existe uma inconsistência que está em resolução, entre o registo na conservatória do registo predial e o registo nas finanças, quanto às percentagens de compropriedade. Adicionalmente, não estão a ser relevadas, por incertas, quaisquer rendas que os comproprietários estejam a obter com estes imóveis, nem quaisquer responsabilidades relativas a eventuais reparos ou obras.

#### 4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

##### a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

A herança recebida no exercício de 2015, constituída por 13 imóveis ( prédios urbanos e rústicos), resulta da sentença de partilha dos bens que transitou em julgado em 02-12-2015 de um utente da valência residencial (António Teixeira). É uma doação condicional ao acolhimento vitalício deste utente. O valor atribuído ao ativo de 87.780,00 euros resulta da avaliação efetuada a pedido do tribunal para efeitos da sentença de partilha. Os prédios rústicos artigos matriciais nºs.1087 e 3023, desta herança têm o usufruto a favor do utente.

Os terrenos de Vila Cova resultam de doações, no valor de €33.000,00 de uma utente sob a condição de serem vendidos para pagar todas as despesas de lar relacionadas com essa utente.

A propriedade de Oliveira de Azeméis doada no exercício de 2014 no valor de €55.000,00 resulta de uma doação condicional ao acolhimento vitalício no lar social. E foi no exercício de 2017, sujeito a avaliação para arrendamento do imóvel.

Refira-se que existem propriedades em compropriedade. Este facto resulta numa restrição ao seu uso.

- Propriedade – Casa Porto 1/3, valor líquido contabilístico € 35.891,72;
- Propriedade – Casa e Terreno Lage 5/60, valor líquido contabilístico € 2.493,99;
- Propriedade – Barrocas 1/2, valor líquido contabilístico € 5.037,50;

No exercício de 2016 foi registado uma imparidade em ativos fixos tangíveis no valor de € 8.638,00 (oito mil seiscientos e trinta e oito euros). Resulta de uma avaliação feita por um perito avaliador externo e independente, usando o método comparativo de mercado para obter o valor dos bens dos seguintes prédios rústicos:

Identificação dos artigos	Localização	Valor da avaliação	Valor do registo contabilístico	Imparidade
Artigo rústico 1569 - Novo 5267	Santiago de Riba-UI	3.688,00 €	9.000,00	5.312,00
Artigo rústico 1570 - Novo 5269	Santiago de Riba-UI	1.337,00 €	3.000,00	1.663,00
Artigo rústico 1571 - Novo 5271	Santiago de Riba-UI	1.337,00 €	3.000,00	1.663,00
<b>Total</b>		<b>6.362,00 €</b>	<b>15.000,00 €</b>	<b>8.638,00 €</b>

No exercício de 2017 foi registado uma imparidade em ativos fixos tangíveis no valor de € 20.318,75 (vinte mil e trezentos e dezoito euros e setenta e cinco cêntimos). Resulta de uma avaliação feita por um perito avaliador externo e independente, usando o método comparativo de mercado para obter o valor do arrendamento do seguinte imóvel:

Identificação dos artigos	Localização	Valor da avaliação	Valor do registo contabilístico	Imparidade
Artigo urbano 5019 -Terreno	Oliveira de Azeméis	8.000,00 €	13.750,00 €	5.750,00 €
Artigo urbano 5019 - Casa	Oliveira de Azeméis	24.000,00 €	38.568,75 €	14.568,75 €
<b>Total</b>		<b>32.000,00 €</b>	<b>52.318,75 €</b>	<b>20.318,75 €</b>

## 5. Ativos intangíveis

### 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Não existem ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes nos ativos intangíveis têm a sua vida útil finita, sendo a sua vida útil estimada de:

Ativo Intangível	Vida útil esperada	Taxa de amortização
Programa de Computadores	3 anos	33,33%

- c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alieações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
<b>Custo</b>						
Software	65.937,93	704,18	-	-	-	66.642,11
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>65.937,93</b>	<b>704,18</b>	-	-	-	<b>66.642,11</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Software	65.715,83	417,69	-	-	-	66.133,52
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>65.715,83</b>	<b>417,69</b>	-	-	-	<b>66.133,52</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>222,10</b>		-	-	-	<b>508,59</b>

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	
<b>Custo</b>						
Software	65.937,93	-	-	-	-	65.937,93
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>65.937,93</b>	-	-	-	-	<b>65.937,93</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Software	65.271,98	443,85	-	-	-	65.715,83
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<b>65.271,98</b>	<b>443,85</b>	-	-	-	<b>65.715,83</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>665,95</b>		-	-	-	<b>222,10</b>

## 6. Custos de empréstimos obtidos

6.1 Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período de 2016 foi de € 3.446,56 (três mil e quatrocentos e quarenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos) referente ao valor de dos juros dos financiamentos bancários contraídos no exercício de 2016 para a construção em edifícios e outras construções da requalificação do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, no valor total do investimento final do período de 2016 de € 1.239.643,72 (um milhão e duzentos e trinta e nove mil e seiscentos e quarenta e três euros e setenta e dois cêntimos).

Em 2017 não se relevaram custos com empréstimos obtidos e, assim, não se aplicou qualquer capitalização.

## 7. Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui a contribuição para o fundo de compensação do trabalho segundo o Decreto-Lei n.º 70/2013 de 30/08/2013, mensurado ao justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de compensação do trabalho	6.727,21	-	4.121,26	-
	-	-	-	-
	<b>6.727,21</b>	-	<b>4.121,26</b>	-

Foi realizado no exercício de 2017, a capitalização do fundo para o Índice de 1.05195 de acordo com o folheto informativo do Fundo de Compensação do Trabalho a 31-12-2017, originando um ganho de justo valor de 93,70 euros.

## 8. Inventários

### 8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Também, no caso de inventários adquiridos a título gratuito é utilizado o valor realizável líquido/valor de mercado atribuído pelo respetivo fornecedor.

O custo de aquisição inclui as despesas decorridas até ao armazenamento utilizando-se o custo médio ponderado como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

No período de relato, quando existam inventários em que o valor realizável líquido é inferior ao seu custo, são reconhecidas perdas por imparidade de inventários no exercício.

## 8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Mercadorias	30.684,44	13.797,95
Matérias primas subsidiárias e de consumo	10.162,59	8.850,43
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	<b>40.847,03 €</b>	<b>22.648,38 €</b>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<b>40.847,03 €</b>	<b>22.648,38 €</b>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, não se verificaram movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade de inventários”.

## 9. Créditos a receber

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Utentes e familiares utentes		144.275,30		118.198,84
Utentes e familiares utentes de cobrança duvidosa		83.787,71		51.035,77
	<b>0,00</b>	<b>228.063,01</b>	<b>0,00</b>	<b>169.234,61</b>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-83.787,71	0,00	-51.035,77
	<b>0,00</b>	<b>144.275,30</b>	<b>0,00</b>	<b>118.198,84</b>

Dívidas dos utentes no exercício de 2017:

Prazo	Valor
Superiores a 1 ano	374,23
Superiores a 5 anos	-

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Saldo a 1 de Janeiro	51.035,77	24.318,45
Aumento	32.751,94	26.896,11
Reversão	-	(178,79)
Regularizações	-	-
	<b>83.787,71</b>	<b>51.035,77</b>

O registo no período de 2016 de imparidade no valor de € 26.896,11, pertence a mensalidades em atraso de uma utente do Lar Residencial, Maria Edite Iglésias Gonçalves. Estão a ser realizados esforços para cobrança da dívida, nomeadamente para transmissão de propriedade de um imóvel.

O registo no período de 2017 de imparidades no valor de € 32.751,94, refere-se a:

- Mensalidades em atraso de uma utente do Lar Residencial, Maria Edite Iglésias Gonçalves de 14.389,90 euros. Estão a ser realizados esforços para cobrança da dívida, nomeadamente para transmissão de propriedade de um imóvel.
- Mensalidades em atraso de uma utente do Lar, Laurinda Anjos Lima, no valor de 10.925,05 euros. A esta data existe o compromisso, por parte da utente, de doação de um imóvel de forma a compensar a dívida. No entanto, o valor do imóvel ainda não se encontra apurado.
- Mensalidades em atraso de familiares de utentes do Lar, no valor de 3.669,20 euros.
- Mensalidades em atraso de utentes do Infantário, no valor de 510,34 euros e Centro de Dia, no valor de 3.257,45 euros.

## 10. Estado e outros entes públicos

À data do balanço a entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) dedutível/a recuperar/Reembolsos pedidos	16.586,31	18.957,53
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
	<b><u>16.586,31</u></b>	<b><u>18.957,53</u></b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.563,54	1.112,72
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	10.030,37	10.460,09
Segurança Social	64.457,97	58.784,25
Outros impostos (fundos de compensação do trabalho)	383,98	-
	<b><u>76.435,86</u></b>	<b><u>70.357,06</u></b>

## 11. Fundadores, beneméritos, doadores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
Quotas	-	5.904,00	-	6.072,00
	-	<b>5.904,00</b>	-	<b>6.072,00</b>
<b>Passivo</b>				
Outros saldos credores	-	-	-	-
	-	-	-	-

Dívidas dos irmãos no exercício de 2017:

Prazo	Valor
Superiores a 1 ano	3.846,00
Superiores a 5 anos	396,48

## 12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	4.900,58	2.747,53
Outros gastos a reconhecer	1.785,10	2.095,98
	<b>6.685,68</b>	<b>4.843,51</b>
<b>Diferimentos (Passivo)</b>		
IEFP - Estágios Profissionais	3.091,52	-
Protocolo serviços estrangeiros e fronteiras UMP	6.725,43	5.228,65
Medida contrato emprego Inserção IEFP	4.544,48	-
Protocolo combate violência doméstica	1.830,84	-
	<b>16.192,27</b>	<b>5.228,65</b>

### 13. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros ativos correntes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Outras contas a receber</b>				
Pessoal		1.824,33		1.339,95
Acréscimos de rendimentos		16.752,74		21.296,08
IEFP-Estágios Profissionais		4.133,74		
IEFP-CEI'S		4.257,51		
Outros credores		6.444,61		12.480,36
		<b>33.412,93</b>		<b>35.116,39</b>

Em 2016 mantinha-se como ativo contingente o valor máximo de 99 470,50 euros referente ao contrato Programa celebrado pelo Município de Oliveira de Azeméis com a Instituição inerente às despesas do investimento do ON2.

Durante 2017, o tema foi finalizado, tendo sido apurado e recebido o valor de 45.616,06 euros. Valor esse que resultou da comparticipação de 50% do valor da execução do projeto após dedução do valor recebido pela entidade coordenadora do ON2.

### 14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	2.708,55	1.320,20
Depósitos à ordem	279.960,03	133.153,70
Depósitos a prazo (i)	400.000,00	400.000,00
	<b>682.668,58</b>	<b>534.473,90</b>

(i)

Depósitos a prazo	Montante	Taxa juro	Data vencimento	prazo (dias)
DP Normal Millennium BCP	100.000,00	0,20%	27-03-2018	274
DP Normal CCAM	100.000,00	0,20%	13-06-2018	183
DP Normal Montepio	100.000,00	0,60%	12-02-2018	180
DP Normal Novo Banco	100.000,00	0,75%	20-03-2018	367
	400.000,00			

## 15. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais

	31-Dez-17	31-Dez-16
Subsídios (i)	1.496.925,96	1.501.697,98
Doações	279.871,25	279.871,25
Outras	-	-
	<b>1.776.797,21</b>	<b>1.781.569,23</b>

	Entidade	Ano de atribuição	Montante atribuído	Saldo a 31/12/2016	Regularizações anos anteriores no exercício de 2017	Montante atribuído no exercício de 2017	Rendimento 2017	Subsídio a reconhecer	
<b>Subsídios ao investimento</b>									
	PIDDAC	Segurança Social	1999	229.447,03	114.929,62		3.591,35	111.338,27	
	NOVO LAR	Particulares	1999	424.181,87	300.207,08		9.381,48	290.825,60	
	FUNDO SOCORRO SOCIAL 97	Segurança Social	1999	249.398,95	159.615,31		4.987,98	154.627,33	
	RIME	IEFP	2000	145.818,49	7.201,35		225,03	6.976,32	
ON2- O NOVO NORTE- 03-0356 FEDER- 000197 - a)	FEDER	FEDER	2010	395.788,88	245.526,12	17.318,31	45.616,06	267.065,69	
ON2- O NOVO NORTE- 10-0156 FEDER- 000683 - b)	FEDER	FEDER	2016	678.209,64	660.124,05		13.564,19	646.559,86	
	PAUL HARTMANN - Equipamentos	Paul Hartmann	2013	3.677,36	1.431,51		612,65	818,86	
	PAUL HARTMANN - Equipamentos	Paul Hartmann	2014	2.714,70	1.595,63		452,26	1.143,37	
	PAUL HARTMANN - Equipamentos	Paul Hartmann	2015	5.540,90	4.273,92		923,16	3.350,76	
	PAUL HARTMANN - Equipamentos	Paul Hartmann	2016	4.460,15	4.046,84		632,88	3.413,96	
	PAUL HARTMANN - Equipamentos	Paul Hartmann	2017				1.314,08	1.159,31	
	Eixorientador-soluções limpeza, Lda.	Eixorientador	2016	3.000,69	2.746,55		499,92	2.246,63	
	Obras de arte - c)	Maria Helena Azevedo Dias	2017				7.400,00	7.400,00	
				<b>2.142.238,66</b>	<b>1.501.697,98</b>	<b>17.318,31</b>	<b>54.330,14</b>	<b>41.783,85</b>	<b>1.496.925,96</b>

Não existem subsídios condicionais.

- a) O grau de realização do investimento foi inferior ao contratado em cerca de 31.718,00 euros (correspondente a uma participação de 26.961,00 euros). Foi atribuído no exercício de 2017 pelo município de Oliveira de Azeméis a verba de 45.616,06 euros, referente a este projeto, ON2- O NOVO NORTE- 03-0356 FEDER- 000197. E foi registado na contabilidade do exercício a quota-parte do ganho das depreciações elegíveis já contabilizadas nos exercícios anteriores (2010 a 2016), pelo valor de € 17.318,31.
- b) No exercício de 2016, por deliberação da comissão diretiva do Norte 2020 de 08/08/2016, foi verificada a existência de dotação do contrato de financiamento celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte em 26 de Outubro de 2015 e aprovada definitivamente a referida operação. A candidatura n.º 10-0156-FEDER-000683 com um custo elegível de €1.142.074,00 (um milhão e cento e quarenta e dois mil e setenta e quatro euros), participado em 60% do total elegível de €685.244,00, sofreu um corte de despesa elegível pelo respetivo programa de €11.724,60. Sendo considerada despesa elegível o montante de €1.130.349,40 (um milhão cento e trinta mil e trezentos e quarenta nove euros e quarenta centavos), e o respetivo financiamento de 60% no valor de €678.209,64 já totalmente recebido neste exercício de relato. Esta redução deve-se ao valor do IVA pago em novembro de 2015 de faturas de fornecedores com data de setembro. Pois imperativamente para este overbooking os pagamentos teriam que ser realizados até 31/10/2015. Foi contestada esta decisão pela Mesa Administrativa na pessoa do Sr. Provedor desta instituição, pois o valor do IVA não podia ser pago antes da entrega da declaração do IVA referente a setembro de 2015 (novembro de 2015), mas a decisão estava tomada pela comissão do Norte 2020. Assim no exercício de 2016, foi registado na contabilidade a quota parte do ganho dos depreciações elegíveis já contabilizadas no exercício de 2015, pelo valor de €4.521,40.
- c) Os objetos de arte e antiguidade não são sujeitos a depreciação, pelo mesmo motivo não existem rendimentos no(s) exercício(s).

## 16. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Saldo a 1 de Janeiro	369.705,94	355.919,77
Reforço no período (a)	2.392,74	23.243,88
Reduções no período	-	-
Utilizações (b)	<u>(16.347,65)</u>	<u>(9.457,71)</u>
Saldo a 31 de Dezembro	<u><b>355.751,03</b></u>	<u><b>369.705,94</b></u>

A provisão respeita a contratos onerosos assumidos com 3 utentes da Instituição. Duas utentes do sexo feminino, que pertencem uma à valência residencial e outra ao lar social, e um utente do sexo masculino que está na valência residencial. Em troca de imóveis doados por estes utentes, a entidade comprometeu-se a assumir todos os gastos que tem com os utentes. Desta forma foi calculada uma estimativa de gastos futuros atendendo à esperança média de vida à idade dos utentes com base na tabela pública e do Instituto Nacional de Estatística para este efeito.

(b) No ano de 2017 foram revertidos € 16.347,65:

- Referentes aos gastos incorridos com a utente do sexo feminino da valência residencial, no valor de 9.579,69 euros.
- Reversão da provisão relativa a uma utente do Lar Residencial no valor de 1.456,44 euros.
- Reversão da provisão relativa António Teixeira da valência residencial no valor de 5.311,52 euros.

(a) À data de balanço o recálculo da estimativa, atendendo ao número de anos de vida levou a um reforço da provisão em €2.392,74, relativo a:

- uma utente do sexo feminino pertencente à valência residencial no valor de 2.392,74 euros;

## 17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Fornecedores conta corrente	41.909,51	35.114,42
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u><b>41.909,51</b></u>	<u><b>35.114,42</b></u>

## 18. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Outros passivos correntes” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Fornecedores de investimentos	3.425,55	4.092,15
Pessoal	4.434,28	4.196,81
Remunerações a liquidar (férias e subs de férias)	265.505,36	231.202,04
Outros Acréscimos de Gastos	20.802,63	20.511,93
Utentes - Caução à Guarda da Instituição	22.761,27	26.768,62
Utentes - Valores à Guarda da Instituição	66.342,61	73.645,66
Outras contas a pagar	48.513,07	50.468,22
	<u><b>431.784,77</b></u>	<u><b>410.885,43</b></u>

Valores e Cauções à Guarda no exercício de 2017:

<b>Prazo</b>	Utentes - Caução à Guarda da Instituição	Utentes - Valores à Guarda da Instituição
Superiores a 1 ano	-	27.989,65
Superiores a 5 anos	3.731,95	13.987,05

## 19. Vendas e prestação de serviços

### 19.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas de mercadorias	56.346,60		56.346,60	49.996,25		49.996,25
Prestação de serviços	1.573.095,93		1.573.095,93	1.434.284,83		1.434.284,83
Quotizações e jóias	4.107,00		4.107,00	4.095,00		4.095,00
Comissão de exploração de máquinas	1.183,07		1.183,07	1.205,76		1.205,76
Fornecimento de refeições	717,36		717,36	593,16		593,16
Matrículas e mensalidades de utentes	192.917,40		192.917,40	193.501,90		193.501,90
Terceira Idade	1.345.814,51		1.345.814,51	1.196.100,60		1.196.100,60
Espectáculos	877,88		877,88	892,08		892,08
Patrocínios	975,60		975,60	1.178,85		1.178,85
Outras participações	36.178,28		36.178,28	46.403,03		46.403,03
Descontos e abatimentos- mensalidades	(9.675,17)		(9.675,17)	(9.685,55)		(9.685,55)
	<u><b>1.629.442,53</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1.629.442,53</b></u>	<u><b>1.484.281,08</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1.484.281,08</b></u>

## 20. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Instituição reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	<b>31-Dez-17</b>	<b>31-Dez-16</b>
Comparticipação da segurança social	1.189.375,02	1.151.026,52
IEFP - Estágios Profissionais	2.813,83	-
IEFP - Contrato Emprego-Inserção	2.731,26	2.031,33
Famoa	400,00	200,00
Camara Municipal OAZ	10.989,16	286,00
UMP-Acolhimento e Refugiados	5.503,22	771,35
Doações e heranças	43.829,91	32.617,10
	<b>1.255.642,40</b>	<b>1.186.932,30</b>

A comparticipação da segurança social é registada contabilisticamente de acordo com os valores atribuídos por esta entidade mensalmente. Estes valores resultam de protocolo com a segurança social e são calculados tendo em conta as estatísticas dos utentes, comunicadas mensalmente. Refira-se que existe um atraso de 1 mês no tratamento das estatísticas pela segurança social. Tal significa que embora todos os meses sejam recebidos os montantes das comparticipações, estas referem-se ao último mês em análise. Contabilisticamente não é possível refletir os acréscimos ou diferimentos que possam resultar daquele procedimento pois a segurança social, através do seu controlo, invalidaria os montantes de subsídios recebidos que estariam em balancete.

## 21. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	<b>31-Dez-17</b>			<b>31-Dez-16</b>		
	<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Total</b>	<b>Matérias- primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial em 1 de Janeiro	8.850,43	13.797,95	22.648,38	12.266,41	13.512,60	25.779,01
Regularizações			-	(480,96)		(480,96)
Compras	69.427,55	117.035,56	186.463,11	170.159,71	91.377,15	261.536,86
Custo de vendas	(68.115,39)	(100.149,07)	(168.264,46)	(173.094,73)	(91.091,80)	(264.186,53)
Saldo final em 31 de Dezembro	<b>10.162,59</b>	<b>30.684,44</b>	<b>40.847,03</b>	<b>8.850,43</b>	<b>13.797,95</b>	<b>22.648,38</b>

## 22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subcontratos	299.967,02	96.505,44
Serviços especializados	193.335,16	288.328,74
Materiais	33.785,16	29.209,09
Energia e fluídos	178.487,40	198.620,00
Deslocações, estadas e transportes	2.303,42	2.445,18
<b>Serviços diversos</b>	69.010,38	58.931,99
Seguros	11.531,98	8.185,59
Comunicação	7.388,73	8.830,53
Outros	5.558,11	9.944,03
<b>Outros serviços</b>	44.531,56	31.971,84
Actividades extra-curriculares-inglês, dança, música, etc.	5.586,15	6.874,00
Funerais	2.607,01	2.480,20
Ginástica geriátrica	4.374,00	4.298,16
Visitas de Estudo/Passeios	7.454,54	5.053,80
Serviços de enfermagem	16.293,30	-
Outros	8.216,56	13.268,68
	<u><b>776.888,54</b></u>	<u><b>674.040,44</b></u>

Para efeitos de divulgação, os Honorários totais faturados durante o exercício, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram no valor de €5.999,98.

## 23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações do pessoal	1.483.276,50	1.347.384,59
Encargos sobre remunerações	316.313,85	286.517,51
Seguros de acidentes no trabalho	9.750,50	7.987,62
Outros gastos com pessoal	10.749,39	7.421,91
Serviços medicina no trabalho	3.287,57	2.938,32
Higiene e Segurança no trabalho	123,01	554,00
Outros	7.338,81	3.929,59
	<u><b>1.820.090,24</b></u>	<u><b>1.649.311,63</b></u>

O número médio de funcionários da Instituição no exercício de 2017 foi 141 mantendo-se o mesmo número médio de funcionários (141) do exercício de 2016.

Os gastos com pessoal tiveram um acréscimo significativo no ano de 2017, devendo-se à entrada para o quadro de pessoal as funcionárias de enfermagem e do infantário, cujas remunerações são mais elevadas.

A Instituição é constituída por três órgãos diretivos:

- Assembleia Geral
- Mesa Administrativa
- Conselho Fiscal

Os órgãos diretivos acima mencionados são não remunerados.

Na assembleia geral de 30-11-2017, foi dado a conhecer pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Irmão Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, uma carta do Vice-Provedor, Sr. Cipriano Martins, apresentando o seu pedido de exoneração das funções. Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2017, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Irmão Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira empossou o segundo suplente, Aníbal Manuel Almeida Fernandes, como Vice-Provedor.

#### 24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Rendimentos suplementares	21.844,94	22.251,85
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.199,43	1.816,78
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	96.282,55	84.556,68
Imputação Subsídios ao investimento	41.783,85	40.251,41
Espólio	7.578,90	1.850,65
Juros obtidos	2.777,43	509,46
Outros rendimentos e ganhos	25.472,10	11.682,49
	<u><b>197.939,20</b></u>	<u><b>162.919,32</b></u>

Os rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros respeitam, essencialmente, às rendas obtidas com imóveis arrendados.

#### 25. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Impostos	178,14	2.710,03
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	
Dívidas incobráveis	7.012,00	7.439,26
Subsídio eventual em numerário (B. Recursos)	6.239,83	6.000,00
Subsídios eventuais (A. Refugiados)	3.693,14	463,27
Quotizações	1.260,00	1.260,00
Perdas em inventários	-	480,96
Outros gastos e perdas	2.515,42	5.802,74
	<u><b>20.898,54</b></u>	<u><b>24.156,26</b></u>

#### 26. Resultados Transitados

Esta rubrica inclui a aplicação do resultado do exercício do ano anterior.

#### 27. Fundos

Os fundos da instituição totalizam o montante de 381 337,82 euros.

**28. Demonstração de resultados por valências em 2017**

Contas	Descrição	1 e 47	5	43	7	9	12	15	2	4 e 37	13	35	49	50	Total
		ERPI ON2 REQ.LAR	Centro Dia	Prog. Emergência Alimentar	SAD	Centro Comunitário	Eq. Int..D/ Toxicodependencia	Centro Formação	Pré-escolar	Creche ON2 Creche	Residencial	Património	Acolhimento de Refugiados	Combate à violência doméstica	
71	Vendas	32.394,10	961,20		6.240,71						16.750,59				56.346,60
72	Prestações	636.608,27	51.332,66	471,25	107.618,05			82,96	101.803,09	106.980,76	568.198,89				1.573.095,93
75	Subsídios, doações à exploração	400.374,33	26.675,00	49.000,00	325.622,17	75.845,25	50.186,28		145.795,86	175.797,12	674,01		5.503,22	169,16	1.255.642,40
76	Reversões de Provisões	1.456,44									14.891,21				16.347,65
77	Ganhos por aumento de Justo Valor	93,70													93,70
78/79	Outros Rendimentos e Ganhos	68.545,68	17,72		92,90	427,24	17,22	5.089,50	351,95	24.403,37	1.813,12	97.180,50			197.939,20
	Variação da Produção														
	<b>SUBTOTAL (1)</b>	<b>1.139.472,52</b>	<b>78.986,58</b>	<b>49.471,25</b>	<b>439.573,83</b>	<b>76.272,49</b>	<b>50.203,50</b>	<b>5.172,46</b>	<b>247.950,90</b>	<b>307.181,25</b>	<b>602.327,82</b>	<b>97.180,50</b>	<b>5.503,22</b>	<b>169,16</b>	<b>3.099.465,48</b>
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	80.493,42	3.421,73		19.436,09	18.893,68	436,44	161,96	3.679,30	6.202,08	35.539,76				168.264,46
62	Fornecimentos e serviços externos	321.635,38	38.265,38	43.240,84	81.777,31	6.542,17	8.638,22	4.749,49	61.154,31	46.956,19	159.812,17	2.137,84	1.810,08	169,16	776.888,54
63	Custos com o Pessoal	578.882,81	46.422,70	8.262,42	284.590,85	59.760,07	65.613,51	6.701,93	178.091,49	272.753,12	319.011,34				1.820.090,24
64	Gastos de Depreciação/ Amortização	106.703,80	79,36		2.811,38	111,98	241,01	159,19	7.941,56	8.035,31	45.493,60	3.937,61			175.514,80
65	Perdas por imparidade	14.594,25	3.257,45						409,10	101,24	14.389,90	20.318,75			53.070,69
67	Provisões do Período										2.392,74				2.392,74
68	Outros Gastos e Perdas	5.510,51	3.338,84		356,07	6.295,33	55,50		382,34	342,62	743,65	180,54	3.693,14		20.898,54
	<b>SUBTOTAL (2)</b>	<b>1.107.820,17</b>	<b>94.785,46</b>	<b>51.503,26</b>	<b>388.971,70</b>	<b>91.603,23</b>	<b>74.984,68</b>	<b>11.772,57</b>	<b>251.658,10</b>	<b>334.390,56</b>	<b>577.383,16</b>	<b>26.574,74</b>	<b>5.503,22</b>	<b>169,16</b>	<b>3.017.120,01</b>
	<b>RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (1-2=3)</b>	<b>31.652,35</b>	<b>-15.798,88</b>	<b>-2.032,01</b>	<b>50.602,13</b>	<b>-15.330,74</b>	<b>-24.781,18</b>	<b>-6.600,11</b>	<b>-3.707,20</b>	<b>-27.209,31</b>	<b>24.944,66</b>	<b>70.605,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.345,47</b>
	Custo por UTENTE	1.158,81	355,00		473,78				334,21	458,70	1,312,24				
691/8	Gastos de Financiamento	59,80	3,53		40,71	6,17	6,66		18,7	23,89					159,46
	<b>SUBTOTAL</b>														
	<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>31.592,55</b>	<b>-15.802,41</b>	<b>-2.032,01</b>	<b>50.561,42</b>	<b>-15.336,91</b>	<b>-24.787,84</b>	<b>-6.600,11</b>	<b>-3.725,90</b>	<b>-27.233,20</b>	<b>24.944,66</b>	<b>70.605,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.186,01</b>

### **29. Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### **30. Outras informações exigidas por diplomas legais**

A Mesa administrativa informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado artigo 210º da Lei nº110/2009, de 16 de dezembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Oliveira de Azeméis, 16 de Março de 2018